

RODRIGUES, José. **Os empresários e a Educação Superior**. Campinas: Autores Associados, 2007. 95 p.

RODRIGUES, José. **The Entrepreneurs and the Higher Education**. Campinas: associated authors, 2007. 95 p.

Daniele CRUZ<sup>1</sup>

A importância deste livro é relativa ao fato de abordar criticamente a questão da intensa aproximação entre empresas e universidades, as investidas do capital no mercado educacional, tendo em vista as transformações que vêm ocorrendo nas instituições de ensino superior (IES) e as propostas de reforma universitária, tão comentadas ultimamente. Trata-se, portanto, de uma obra atual e desafiante, pois cuida de um assunto em movimento, e que caminha a passos largos. Como parte da trajetória investigativa do autor, este complementa outros de seus trabalhos, que tratam de acompanhar historicamente o interesse dos empresários na educação brasileira.

“A educação-mercadoria e a mercadoria-educação” é o primeiro capítulo, que analisa essas duas noções, que se referem às mais diversas formas de mercantilização, envolvendo empresas e universidades. Para o autor, essas são as formas pelas quais a burguesia encara a educação escolar, sendo a primeira, a “educação-mercadoria”, a venda de serviços educacionais em si, a “prática social educacional como uma mercadoria, cujo fim é ser vendida no mercado educacional”. São escolas e universidades privadas em geral, oferecendo seus cursos regulares.

Mas, se a educação e o conhecimento forem insumos à produção de outras mercadorias, ou seja, se forem meio e não fim, “essa prática social educacional” será encarada como “mercadoria-educação”. É o caso, por exemplo, da educação como qualificação da mão-de-obra que servirá aos interesses da burguesia.

---

1 Mestre em Educação. GPTE – Grupo de Pesquisa em Educação e Trabalho – FIOCRUZ. End. Rua Dr. Albino Pereira, 588, São Francisco, Niterói-RJ. Tel: (21) 2711-4494 / (21) 9863-7320. CEP 24360-000. E-mail: <andreedan@ig.com.br>.

Portanto, interessa ao capital, ao mesmo tempo, uma expansão rápida de profissionais graduados, que gerará oferta e consequente queda de salários, mas também preocupa a qualidade desse serviço, visto que precisam de profissionais qualificados para o processo produtivo. Então, nesse caso, aparecem dois atores do lado do capital, um do capital comercial, que oferece “educação-mercadoria” outro do capital industrial, que adquire “mercadoria-educação”.

Apesar das novas propostas, em função do novo contexto, a participação do empresariado industrial no debate educacional, desde a década de 1930, continua com o objetivo de adequar a formação às necessidades do capital. Com discurso de buscar uma “economia competitiva”, a burguesia industrial diz ser necessário repensar as estruturas sociais face à globalização, “inclusive a ‘mercadoria-educação’ encarada como um ‘insumo’ ao processo produtivo, isto é, o insumo necessário à expansão de seu próprio negócio”.

Em se tratando da “educação-mercadoria”, o autor a trata como “um negócio em expansão”, face ao grande número de IES que proliferaram nos últimos tempos, verdadeiras empresas de ensino, que comercializam a educação adequada à “economia competitiva”, resumindo, alinham sua “educação-mercadoria” à “mercadoria-educação”.

Esse crescimento muito se deve à retirada do Estado do setor de serviços, ao Estado mínimo, à desregulamentação, ao desmonte recomendado pelos organismos internacionais, que para a educação superior sugerem: privatizar, globalizar através de parcerias internacionais, estimular parcerias com empresas para as “universidades corporativas”, educação à distância e transferir seus recursos para a educação básica.

Outro fator contemporâneo no tocante às universidades, comentado pelo autor, é a sua proliferação em espaços não-tradicionais, como *shopping centers*, incentivando o consumo, agregando e acumulando, processos típicos do capitalismo, e também o inverso, a comercialização de espaços dentro das universidades, com variados comércios e bancos, inclusive. É a tendência da expansão do consumo.

No segundo capítulo, “A educação superior e os empresários industriais”, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) é, para o autor, um organismo que se constrói com o fim de corporificar uma vontade coletiva, a hegemonia da visão da burguesia industrial, para preservar e dinamizar a acumulação do capital em geral, e do industrial, em particular.

Desde a época da industrialização brasileira cresceu a demanda social por educação, sendo criado o IEL (Instituto Euvaldo Lodi), com o objetivo de integrar universidade e indústria através de estudos, pesquisas e ações. Essa entidade traçou um plano estratégico para os possíveis cenários futuros do Brasil,

desdobrado em quinze projetos, onde Rodrigues destaca três: Inovação em desenvolvimento tecnológico regional, Empreendedorismo nas instituições de ensino e Modernização das universidades; e conclui que o IEL tem, na verdade, uma proposta de reforma da educação superior, com o intuito de “atrelar a pesquisa científico-tecnológica e os currículos universitários às demandas da indústria”.

No documento da CNI denominado “Competitividade Industrial: uma estratégia para o Brasil” fica claro que para a burguesia industrial o sistema educacional é falho, ineficaz e um “ponto de estrangulamento” interno na busca da competitividade, e, em outro documento, a “Contribuição da indústria para a reforma da educação superior”, a entidade assume a “intenção de fazer de seus interesses o interesse geral, nacional”, tendo em vista que a educação é o pilar para o desenvolvimento de uma nação, disparando como próximos desafios: a avaliação de desempenho das instituições superiores, bem como seus critérios de credenciamento; a implementação da autonomia das universidades; desenvolvimento de pesquisa aplicada à utilidade social e econômica; e ampliação de oferta de educação superior na área tecnológica. Tudo isso pautado no discurso da teoria do capital humano.

Ainda no tocante à reforma da educação superior, a CNI prega que é necessário manter o ensino gratuito e de qualidade, mas, em função das restrições fiscais, sugere que o Estado crie mecanismos de financiamento, a “divisão dos ônus com os setores que usufruem dos produtos do conhecimento”, e ainda defende a universalização do acesso à educação superior da população brasileira, bem como a expansão de cursos de curta duração, cursos à distância, a fragmentação de cursos de graduação e sua flexibilização, visando atender às profissões emergentes, às demandas de mercado. Em suma, a CNI não defende a privatização das universidades, mas as alinha à lógica do Capital.

No documento da CNI, voltado à reforma da educação superior, não fica explícito se o alvo dessas propostas são as universidades públicas ou privadas, mas, destaca o autor, é “curioso perceber que a fração industrial da burguesia não confia no ensino-mercadoria, tampouco no conhecimento-mercadoria, produzidos pela nova burguesia de serviços”.

Já o capítulo três traz as propostas da “nova burguesia de serviços” organizadas no Fórum Nacional da Livre-Iniciativa na Educação, criado, segundo o autor, em reação às políticas estabelecidas pelo governo. Os empresários do ensino representam 70% das vagas de nível superior e esse serviço ganha força à medida que as políticas neoliberais desmontam os serviços públicos, porém a organização centralizada dessa categoria é ainda incipiente, segundo Rodrigues. Assim, o Fórum Nacional da Livre-Iniciativa na Educação é originado por várias entidades representativas das IES, como: associações, federações e entidades confessionais,

que elaboraram o documento “Considerações e recomendações sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei da reforma da educação superior”, com suas posições a respeito do tema.

Esse documento celebra a iniciativa privada nesse campo, faz referência explícita à contenção da expansão das IES federais em função do déficit público, é contrário ao anteprojeto de reforma proposto pelo governo federal e é contrário a “quaisquer investidas contra os princípios constitucionais que garantem a livre-iniciativa na educação”. Ressalta que os mecanismos de avaliação de qualidade de seus serviços são incipientes e precisam ser rediscutidos, e também ataca as competências do MEC, que, ao ver dos empresários, não é neutro, pois avalia e regula o sistema educacional, ao mesmo tempo que mantém uma rede própria. Defende a criação de uma “agência reguladora independente”.

Da mesma forma que os empresários da indústria, os do ensino anseiam por mais autonomia e pluralidade, de forma que se dissociem ensino-pesquisa-extensão, que alegam ser fruto da pressão da comunidade acadêmica das universidades públicas com “visões idealistas” e, no que tange a recursos, demandam do governo financiamento para desenvolverem pesquisas. Os anseios dos empresários do ensino superior e dos empresários industriais se encontram em vários pontos, exceto no que se refere à submissão da qualidade do ensino à liberdade.

Finalizando, no capítulo quatro, são discutidas as divergências e convergências entre as propostas do governo e as reivindicações dos empresários, a partir do anteprojeto de lei que busca implementar a reforma da educação superior brasileira. O autor comenta que, além da CNI e do Fórum Nacional da Livre-Iniciativa na Educação, diversas entidades, tanto do campo do trabalho quanto as ligadas à burguesia e as acadêmicas, vêm produzindo documentos e participando ativamente deste debate.

Sem a intenção de analisar o projeto propriamente, Rodrigues apresenta um panorama e comenta que, tanto os empresários da indústria quanto os do ensino e o governo, “partem do pressuposto que a educação superior brasileira deve contribuir para a integração do país à economia (capitalista) mundial”. Por outro lado, enquanto a indústria, compradora de “mercadoria-educação” está preocupada com a qualidade dos “insumos”, os empresários do ensino estão preocupados em preservar a liberdade de vender sua “educação-mercadoria”.

O governo, pensando no compromisso social das instituições, vislumbra uma expansão do sistema de educação superior, no que divergem os empresários preocupados com o déficit público, porém há uma convergência geral no fato de que “ambas as formas do capital – mercantil, educacional e industrial - pretendem transformar a educação em mercadoria”, e encontram confluência, ainda que nem sempre explícita, nas ações do governo.

Rodrigues explica que “o capital busca através da transformação da educação em mercadoria, a mediação para a manutenção do seu interesse mais geral - a valorização do valor através da exploração do trabalho vivo”. Assim, ainda que não saibamos os rumos desse tema latente, é certo que profundas modificações ocorrerão nos rumos das universidades brasileiras e precisamos estar atentos e críticos, sempre.

Recebimento em: 10/04/2010.

Aceite em: 10/06/2010.